



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



EMERON
ESCOLA DA MAGISTRATURA
DO ESTADO DE RONDÔNIA

PROCESSO SELETIVO PARA INGRESSO NO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU EM DIREITO PARA A CARREIRA DA MAGISTRATURA, EM REGIME PRESENCIAL E EM NÍVEL DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU - 2018

Nome: [REDACTED]

CPF: [REDACTED]

PROVA

Porto Velho, 5 de fevereiro de 2018



Instruções Gerais/Leia com atenção:

- 1 - Você recebeu sua Folha de Respostas, e este Caderno contendo 60 questões objetivas.
- 2 - A duração da prova é de 3 (três) horas, já incluído o tempo para a transcrição das respostas definitivas.
- 3 - O candidato só poderá deixar a sala após decorridos 60 minutos do início da prova.
- 4 - Verifique se as questões estão legíveis e sem rasura.
- 5 - Para cada questão, existe somente uma alternativa correta.
- 6 - Marque as respostas à caneta (azul/preto) na folha de respostas, a qual não poderá ser substituída, sendo o preenchimento de total responsabilidade do candidato.
- 7 - Será considerada nula a questão que estiver em branco ou que tiver mais de uma alternativa assinalada, ou rasurada.
- 8 - Não será permitida qualquer espécie de consulta.
- 9 - Durante a prova, não será permitido ao candidato, o uso de aparelhos celulares, smartphones, tablets, computadores, e outro aparelhos eletrônicos, devendo estes permanecer desligados.
- 10 - Ao término da prova, entregue a Folha de Respostas ao responsável pela sala.
- 11 - Aguarde o sinal do fiscal de provas para a abertura deste Caderno de Questões.

PROCESSO SELETIVO PARA INGRESSO NO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO
LATO SENSU EM DIREITO PARA A CARREIRA DA MAGISTRATURA, EM REGIME
PRESENCIAL E EM NÍVEL DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU - 2018

DIREITO CIVIL

1) Ano: 2017 Banca: FCC Órgão: TST Prova: Analista Judiciário – Área Judiciária

São pessoas jurídicas de direito privado:

a) as associações, as fundações, as sociedades, as organizações religiosas e as empresas individuais de responsabilidade limitada, enquanto a União, os Estados, o Distrito Federal e os Territórios são pessoas jurídicas de direito público externo.

b) as fundações, as sociedades, as organizações religiosas e as empresas individuais de responsabilidade limitada, enquanto as autarquias, as associações públicas e os partidos políticos são pessoas jurídicas de direito público interno.

c) as associações, os partidos políticos, as fundações, as sociedades, as organizações religiosas e as empresas individuais de responsabilidade limitada, enquanto a União, os Estados, o Distrito Federal e os Territórios são pessoas jurídicas de direito público interno.

d) as associações, as fundações e os partidos políticos, sendo que as empresas individuais de responsabilidade limitada não são consideradas pessoas jurídicas, pois se confundem com pessoa natural do seu titular.

e) as associações, as sociedades e as empresas individuais de responsabilidade limitada, enquanto a União, os Estados, o Distrito Federal, os Territórios, as autarquias e as organizações religiosas são pessoas jurídicas de direito público interno.

2) Ano: 2017 Banca: FCC Órgão: TRT - 24ª REGIÃO (MS)Prova: Analista Judiciário - Área Judiciária

À luz do Código Civil, no que concerne aos contratos em geral:

a) havendo estipulação em favor de terceiro, se ao terceiro, em favor de quem se fez o contrato, se deixar o direito de reclamar-lhe a execução, poderá o estipulante exonerar o devedor.

b) encaminhada uma proposta de contrato pelo proponente, a aceitação fora do prazo, com adições, restrições, ou modificações, não importará nova proposta.

c) o contrato preliminar deve conter todos os requisitos essenciais ao contrato a ser celebrado, observando inclusive a sua forma.

d) as partes podem, por cláusula expressa, reforçar ou diminuir a responsabilidade pela evicção, mas jamais exclui-la.

e) a proposta feita sem prazo por telefone deixa de ser obrigatória se não foi imediatamente aceita.

3) Ano: 2017 Banca: CONSULPLAN Órgão: TJ-MG Prova: Titular de Serviços de Notas e de Registros - Remoção

De acordo com o Código Civil, são direitos reais, EXCETO:

- a) O uso.
- b) A concessão de uso especial para fins de moradia.
- c) O penhor.
- d) A posse.
- e) Todas as anteriores estão corretas.

4) Ano: 2017 Banca: CONSULPLAN Órgão: TJ-MG Prova: Titular de Serviços de Notas e de Registros - Provimento - 2017

No condomínio edilício, são direitos dos condôminos, EXCETO:

- a) em dar a sua unidade destinação diversa da estipulada.
- b) fruir livremente das suas unidades.
- c) usar as partes comuns, conforme sua destinação, desde que não exclua a utilização dos demais possuidores.
- d) participar das assembleias e votar nas deliberações, desde que estejam quites com as contribuições para as despesas.
- e) Todas as anteriores estão corretas.

5) Ano: 2017 Banca: CESPE Órgão: PGE-SE Prova: Procurador do Estado

Carlos, proprietário de um terreno, concedeu a Pedro, mediante escritura pública registrada, o direito de cultivar esse terreno pelo período de três anos.

Nessa situação hipotética, de acordo com o que dispõe o Código Civil:

- a) em caso de falecimento de Pedro, o direito poderá ser transferido a seus herdeiros ou a terceiros.
- b) Carlos poderá alienar o direito de cultivo durante o prazo estipulado, mas não poderá alienar o imóvel objeto da concessão.
- c) Pedro poderá fazer obra no subsolo para guardar em depósito os insumos destinados à plantação.
- d) caso o imóvel seja desapropriado, Pedro também fará jus à indenização.
- e) Carlos continuará obrigado ao pagamento dos tributos que incidirem sobre o terreno.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

6) Ano: 2017 Banca: CESPE Órgão: Prefeitura de Belo Horizonte - MG Prova: Procurador Municipal

No que se refere a pressupostos processuais e condições da ação, assinale a opção correta.

a) Na fase de cumprimento definitivo da sentença, o juiz poderá conhecer de ofício a falta de pressuposto de constituição ocorrido na fase cognitiva e declarar a nulidade da sentença exequenda.

b) A falta de condição da ação, ainda que não tenha sido alegada em preliminar de contestação, poderá ser suscitada pelo réu nas razões ou em contrarrazões recursais.

c) Constatada a carência do direito de ação, o juiz deverá determinar que o autor emende ou complemente a petição inicial e indique, com precisão, o objeto da correção ou da complementação.

d) A inépcia da petição inicial por falta de pedido e a existência de litispendência são exemplos de defeitos processuais insanáveis que provocam o indeferimento *in limine* da petição inicial.

E) A falta de condição da ação, ainda que não tenha sido alegada em preliminar de contestação, poderá ser suscitada pelo réu nas razões somente na Ação Rescisória.

7) Ano: 2017 Banca: FCC Órgão: TJ-SC Prova: Juiz Substituto

No que se refere à comunicação dos atos processuais, é correto que:

a) para a eficácia e existência do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, com a ressalva única de indeferimento da petição inicial.

b) o comparecimento espontâneo do réu ou do executado supre a falta ou a nulidade da citação, fluindo a partir desta data o prazo para apresentação de contestação ou de embargos à execução.

c) a citação válida, salvo se ordenada por juiz incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor.

d) a citação será sempre pessoal, por se tratar de ato personalíssimo e, portanto, intransferível.

e) como regra geral, a citação será feita por meio de mandado a ser cumprido por oficial de justiça; frustrada esta, far-se-á pelo correio.

8) Ano: 2017 Banca: CESPE Órgão: DPE-AL Prova: Defensor Público

Acerca das normas processuais civis e dos atos processuais, assinale a opção correta:

a) O pronunciamento judicial que rejeita exceção de pré-executividade, com o prosseguimento da execução, qualifica-se como decisão interlocatória.

b) É vedado ao juiz, em quaisquer hipóteses, iniciar de ofício o processo.

c) A substituição processual é espécie do gênero legitimação ordinária e pode ser inicial ou superveniente, exclusiva ou concorrente.

d) Conforme a sistemática processual brasileira, é vedado ao juiz, em quaisquer hipóteses, decidir por equidade.

e) A desistência da ação produz efeitos imediatos, dispensando-se intervenção judicial.

9) Ano: 2017 Banca: VUNESP Órgão: TJM-SP Prova: Escrevente Técnico Judiciário

Sobre a gratuitade dos atos processuais, assinale a alternativa correta:

a) As multas processuais impostas ao beneficiário estão afastadas pela gratuitade concedida.

b) Vencido o beneficiário na ação, este não será condenado nas obrigações decorrentes da sucumbência.

c) A assistência de advogado particular impede a concessão do benefício da gratuitade.

d) O direito à gratuitade se estende ao sucessor do beneficiário em caso de seu falecimento.

e) A gratuitade poderá ser concedida em relação a algum ou a todos os atos processuais.

10) Ano: 2017 Banca: IESES Órgão: TJ-RO Prova: Titular de Serviços de Notas e de Registros - Remoção

Contra qualquer decisão judicial que contiver omissão, obscuridade, contradição, ou erro material caberá:

a) Agravo de instrumento.

b) Embargos de divergência.

c) Exceção de pré-executividade.

d) Recurso extraordinário.

e) Embargos de declaração.

DIREITO ELEITORAL

11) Ano: 2017 - Banca: FCC - Órgão: TRE-SP - Prova: Técnico Judiciário – Área Administrativa

Com relação à obrigatoriedade do voto no Brasil:

- a) os maiores de 18 anos são obrigados a votar, podendo ser impedidos de obter empréstimos em estabelecimentos de crédito mantidos pelo governo caso não apresentem a prova de votação na última eleição.
- b) a ausência de comprovação do cumprimento da obrigação de votar implica a suspensão imediata de aluno de instituição de ensino oficial.
- c) o eleitor que deixar de votar deverá justificar sua ausência perante o Juiz Eleitoral no prazo de 60 dias e ainda efetuar o pagamento de multa, em qualquer hipótese.
- d) a ausência de votação, por pelo menos 3 eleições consecutivas ou a falta de alistamento eleitoral dos maiores de 18 anos, implicarão o cancelamento do alistamento ou a proibição de sua realização.
- e) os maiores de 16 anos e menores de 18 anos, que não comprovarem a votação na última eleição, não poderão obter passaporte ou carteira de identidade.

12) Ano: 2016 - Banca: CESPE - Órgão: TRE-PI - Prova: Analista Judiciário - Administrativa

Assinale a opção correta no que se refere ao direito de sufrágio:

- a) No direito brasileiro, os conceitos de voto e de sufrágio são equivalentes.
- b) O sufrágio é um direito público subjetivo democrático, que cabe ao povo, respeitados o princípio da universalidade e o princípio da igualdade de voto e de elegibilidade.
- c) O direito de sufrágio ativo não é pressuposto do direito de sufrágio passivo.
- d) Da obrigatoriedade do voto, determinada pela CF, decorre, para o eleitor, o dever jurídico de emitir o seu voto.
- e) A liberdade do voto manifesta-se pela preferência a um candidato, mas não pela anulação do voto ou pela opção de depositar cédula em branco na urna.

DIREITO AMBIENTAL

13) Ano: 2017 - Banca: CESPE - Órgão: TJ-PR - Prova: Juiz Substituto

Acerca da tutela administrativa do meio ambiente, assinale a opção correta:

- a) As penas restritivas de direito aplicam-se tanto aos crimes ambientais quanto às infrações administrativas ambientais.
- b) O IBAMA pode, mediante portaria, vedar a prática de conduta nociva ao meio ambiente e fixar pena de multa para infratores.
- c) O prazo de prescrição para a cobrança de multa administrativa por infração ambiental é de cinco anos a partir da violação.
- d) É legal a exigência de depósito prévio da multa ambiental como condição para o exercício da defesa administrativa.
- e) Todas as anteriores estão corretas.

14) Ano: 2009 - Banca: CESPE - Órgão: PGE-AL - Prova: Procurador do Estado

A CF elevou ao status de norma constitucional a responsabilização do infrator, nas esferas penal, civil e administrativa, por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. A tutela administrativa decorre do poder de polícia. Com relação ao poder de polícia ambiental, assinale a opção correta:

- a) Esse poder constitui faculdade da administração pública e das organizações não-governamentais ambientais.
- b) É permitido que o poder em questão seja desempenhado independentemente da observância de procedimento legal, uma vez que este é adotado pelo Poder Judiciário.
- c) Infração administrativa ambiental é toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente.
- d) A União e os estados têm competência para multar infrações administrativas. Os municípios cuidam da responsabilidade civil.
- e) Em situações específicas elencadas na Lei de Crimes Ambientais, também ao cidadão é permitido exercer referido poder.

DIREITO DO CONSUMIDOR

15) Ano: 2015 Banca: FCC Órgão: SEFAZ-PI Prova: Auditor Fiscal da Fazenda Estadual - Conhecimentos Gerais

De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, considera-se consumidor:

- a) toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final, a ele se equiparando, para fins de responsabilização civil, a vítima de dano decorrente da relação de consumo, ainda que dela não tenha participado.
- b) toda pessoa física ou jurídica que adquire produto ou serviço para atividade-meio ou como destinatário final, a ele se equiparando, para fins de responsabilização civil, a vítima de dano decorrente da relação de consumo, desde que dela tenha participado.
- c) a pessoa física que adquire ou utiliza produto como destinatário final, a ele se equiparando, para fins de responsabilização civil, a vítima de dano decorrente da relação de consumo, desde que dela tenha participado.
- d) a pessoa física que esteja em situação de hipossuficiência em relação ao fornecedor, ainda que não se trate do destinatário final do produto ou serviço.
- e) a pessoa física ou jurídica que esteja em situação de hipossuficiência em relação ao fornecedor, ainda que não se trate do destinatário final do produto ou serviço.

16) Ano: 2009 Banca: FCCÓrgão: TJ-GO Prova: Juiz

Em relação à vulnerabilidade do consumidor:

- a) é fator que obriga o juiz a determinar a inversão do ônus da prova no processo que tenha por objeto as relações de consumo.
- b) é princípio assegurado expressamente pelo artigo 5º da Constituição Federal.
- c) no processo civil, o juiz, ao reconhecer-lá, deverá inverter o ônus da prova.
- d) é princípio da política nacional das relações de consumo.
- e) é diretriz estabelecida pelo CDC, no capítulo que trata do Sistema Nacional de Proteção e Defesa do Consumidor, devendo ser observada pelos órgãos que o compõe.

17) Ano: 2017 Banca: FCC Órgão: PROCON-MA Prova: Fiscal de Defesa do Consumidor

O prazo para reclamar por vício aparente do serviço ou do produto é de natureza:

- a) oculta, revelando-se quando da percepção do vício.
- b) prescricional.

c) decadencial, mas que pode ser alterado pela vontade das partes.

d) prescricional, mas que pode ser alterado pela vontade das partes.

e) decadencial.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

18) Ano: 2012 Banca: CEPERJ Órgão: DEGASE Prova: Psicólogo

Como projeção do direito à liberdade, a criança e o adolescente não têm direito a:

- a) opinião e expressão.
- b) crença e culto religioso.
- c) brincadeiras, prática de esportes e diversões.
- d) participação da vida familiar e comunitária, sem discriminação.
- e) inscrição em partido político.

19) Ano: 2010 Banca: VUNESP Órgão: FUNDAÇÃO CASA Prova: Agente Operacional

Para o Estatuto da Criança e do Adolescente, considera-se:

- a) criança, a pessoa até doze anos de idade incompletos; e adolescente, aquela entre doze e dezoito anos de idade.
- b) criança, a pessoa até onze anos de idade completos; e adolescente, aquela entre onze e dezesseis anos.
- c) criança, a pessoa que ainda esteja sob a guarda dos pais biológicos ou adotivos; e adolescente, aquele que já tenha consciência dos seus próprios atos.
- d) criança, a pessoa até dezessete anos de idade incompletos.
- e) adolescente, a pessoa até dezoito anos de idade.

20) Ano: 2015 Banca: FUNIVERSA Órgão: Secretaria da Criança - DF Prova: Técnico Socioeducativo - Administrativo

Um brasileiro com dez anos de idade pode viajar para:

- a) comarca contígua a da sua residência, localizada em outra unidade da federação, sem a necessidade de autorização judicial ou do representante legal.
- b) fora da comarca onde reside, sem a necessidade de autorização judicial, desde que acompanhado de colateral até o 3º grau maior de idade, comprovando-se documentalmente o parentesco.
- c) fora da comarca onde reside, desde que

acompanhado de pessoa maior de idade, sendo necessária a autorização judicial.

d) o exterior, desde que acompanhado de estrangeiro residente em outro país, sendo necessária apenas a autorização expressa do pai e da mãe.

e) o exterior, na companhia de um dos pais, sendo necessária a autorização judicial.

21) Ano: 2015 Banca: CETRO Órgão: AMAZUL Prova: Assistente Social

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no que concerne ao Direito à Convivência Familiar e Comunitária, estabelece que:

a) a carência material e a falta de recursos materiais constituem motivos suficientes para a perda ou a suspensão do poder familiar.

b) a permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional será impreterivelmente resolvida em 12 meses, de acordo com a autoridade judiciária.

c) somente os filhos havidos da relação do casamento terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações relativas a esta determinação.

d) o poder familiar, em caso de separação conjugal, será concedido, quando houver discordância, ao cônjuge que primeiro recorrer à autoridade judicial, procurando a solução da divergência.

e) a manutenção ou a reintegração de criança ou adolescente à sua família terá preferência em relação a qualquer outra providência, caso em que a família será incluída em programas de orientação e auxílio.

DIREITO PENAL

22) Ano: 2017 Banca: NUCEPE Órgão: SEJUS-PI Prova: Agente Penitenciário (Reaplicação)

Em relação à aplicação da lei penal, marque a alternativa CORRETA:

a) Não há crime sem lei ou decreto anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal.

b) Ninguém pode ser punido por fato que lei ou decreto posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais e civis da sentença condenatória.

c) A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, com exceção se houver sentença condenatória transitada em julgado.

d) A lei excepcional ou temporária, uma vez decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias

que a determinaram não se aplica ao fato praticado durante a sua vigência.

e) Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.

23) Ano: 2017 Banca: FCC Órgão: TRF - 5ª REGIÃO Prova: Analista Judiciário - Área Judiciária

Sobre a aplicação da lei penal, é correto afirmar que:

a) o Código Penal adotou o princípio da territorialidade, em relação à aplicação da lei penal no espaço. Tal princípio é absoluto, não admitindo qualquer exceção.

b) transitada em julgado a sentença condenatória, compete ao Juiz do Conhecimento a aplicação da lei mais benigna.

c) a lei aplicável para os crimes permanentes será aquela vigente quando se iniciou a conduta criminosa do agente.

d) quando a *abolitio criminis* se verificar depois do trânsito em julgado da sentença penal condenatória, extinguir-se-ão todos os efeitos penais e extrapenais da condenação.

e) a lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante a sua vigência.

24) Ano: 2017 Banca: FEPESSE Órgão: PC-SC Prova: Escrivão de Polícia Civil

De acordo com o Código Penal, é correto afirmar sobre os crimes contra a dignidade sexual:

a) Serão sempre procedidos mediante ação penal pública incondicionada.

b) Quando praticado em concurso de pessoal, procede-se mediante ação penal privada.

c) Quando o sujeito ativo possuir relação de autoridade sobre a vítima será apurado por meio de ação penal privada.

d) Procede-se mediante ação penal pública incondicionada quando a vítima for menor de dezoito anos.

e) Sendo a vítima pessoa vulnerável, procede-se mediante ação penal condicionada a representação.

25) Ano: 2017 Banca: IESES Órgão: IGP-SC Prova: Perito Criminal Geral

De acordo com a Lei 11.340/06 - Lei Maria da Penha - são formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, dentre outras:

DIREITO PROCESSUAL PENAL

a) A violência moral, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação.

b) A violência física, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais.

c) A violência psicológica, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal ou psíquica, que configure calúnia, difamação ou injúria.

d) A violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades.

e) Nenhuma das anteriores.

26) Ano: 2017 Banca: IBFC Órgão: TJ-PE Prova: Técnico Judiciário - Função Judiciária

Não constitui crime contra a administração pública:

a) Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa da lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.

b) Devassar o sigilo de proposta de concorrência pública, ou proporcionar a terceiro o ensejo de devassalo.

c) Iludir, no todo ou em parte, o pagamento de direito ou imposto devido pela entrada, pela saída ou pelo consumo de mercadorias.

d) Utilizar ou divulgar, indevidamente, com o fim de beneficiar a si ou a outrem, ou de comprometer a credibilidade do certame, conteúdo sigiloso de concurso público.

e) Desobedecer à ordem legal de funcionário público.

27) Ano: 2017 Banca: FEPESÓ Órgão: PC-SC Prova: Agente de Polícia Civil

É correto afirmar sobre a ação penal:

a) O Ministério Pùblico poderá desistir a qualquer tempo da ação penal privada.

b) A desistência na ação penal pública incondicionada depende do consentimento do ofendido.

c) Em se tratando de ação penal pública incondicionada, dela não poderá o Ministério Pùblico desistir.

d) A autoridade policial poderá, a qualquer tempo, requisitar a desistência da ação penal pública.

e) Após manifestação prévia do Ministério Pùblico, poderá o réu desistir da ação penal.

28) Ano: 2017 Banca: FGV Órgão: ALERJ Prova: Procurador

Determinado funcionário público, sem foro por prerrogativa de função, foi denunciado pelo cometimento de crime praticado por funcionário contra a Administração Pública, após longa investigação realizada em inquérito policial.

De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que:

a) a apresentação de resposta preliminar, na hipótese, antes do recebimento da denúncia, é dispensável.

b) o procedimento especial dos crimes praticados por funcionários públicos não admite absolvição sumária.

c) o interrogatório será realizado como primeiro ato da instrução.

d) a sentença condenatória penal, independentemente do crime, não poderá impor a perda do cargo.

e) a punição do funcionário público, no âmbito administrativo, vincula a instância criminal.

29) Ano: 2017 Banca: NUCEPE Órgão: SEJUS-PI Prova: Agente Penitenciário (Reaplicação)

De acordo com o direito processual penal pátrio, é CORRETO afirmar que:

a) a prisão de pessoa após o trânsito em julgado de sentença penal condenatória é ilegal.

b) considera-se progressão no regime de pena, a mudança do regime do mais severo para o mais brando.

c) a decretação de prisão durante o período das investigações a fim de não atrapalhar o referido processo investigativo não possui previsão legal.

d) a pessoa não poderá ser presa preventivamente quando houver dúvida quanto a sua identidade civil.

e) a prisão em flagrante delito não poderá ocorrer no período noturno.

30) Ano: 2017 Banca: FEPSE Órgão: PC-SC Prova: Escrivão de Polícia Civil

A competência nos crimes em que não se conhece o lugar da infração será determinada pelo(a):

a) prevenção.

b) lugar da sua consumação.

c) domicílio ou residência do réu.

d) lugar do último ato de execução.

e) local onde a tentativa se iniciou.

31) Ano: 2017 Banca: MPE-RS Órgão: MPE-RS Prova: Secretário de Diligências

Nos termos do Código de Processo Penal, acerca do procedimento relativo aos processos da competência do Tribunal do Júri, assinale a alternativa correta:

a) Contra a sentença de improúnica ou de absolvição sumária caberá recurso em sentido estrito.

b) O Conselho de Sentença será constituído por 7 (sete) dos jurados sorteados dentre os alistados.

c) O sorteio dos jurados será realizado a portas abertas pelo juiz, cabendo-lhe retirar as cédulas até completar o número de 23 (vinte e três) jurados para a reunião periódica ou extraordinária.

d) Estão isentos do serviço do júri os cidadãos maiores de 65 (sessenta e cinco) anos de idade que requeiram sua dispensa.

e) Não estão impedidos de servir no mesmo Conselho as pessoas que mantenham união estável reconhecida como entidade familiar.

DIREITO CONSTITUCIONAL

32) Ano: 2017 Banca: FCC_2017 - DPE/RS - Tec. Judiciário

Em rede social da internet uma pessoa publicou mensagem acusando outra de ter praticado atos de corrupção. A acusada sentiu-se moralmente ofendida e obteve êxito em comprovar, judicialmente, que a imputação de prática de crime era falsa, tendo sido divulgada por motivo de vingança pessoal. Em casos

como este, ficando comprovados os danos sofridos e a responsabilidade do autor da ofensa, a Constituição Federal garante ao ofendido o direito de:

a) resposta, proporcional ao agravo sofrido, sem prejuízo de indenização por danos morais e materiais.

b) ajuizar ação popular para que o ofensor seja condenado a reparar os danos morais e materiais causados.

c) impetrar mandado de injunção para que o ofensor seja obrigado a retirar a mensagem da internet, sem prejuízo de indenização por danos morais e materiais.

d) impetrar mandado de segurança contra o ato que violou seu direito líquido e certo de não ter sua honra violada.

e) ajuizar, perante o Tribunal de Justiça, ação direta de constitucionalidade contra o ato que violou seu direito à honra.

33) Ano: 2017 - Banca: IBADE - Órgão: SEJUDH/MT - Prova: Advogado

A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como um de seus fundamentos o (a):

a) erradicação da pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.

b) construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

c) pluralismo político.

d) desenvolvimento nacional.

e) promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

34) Ano: 2017 - Banca: FUNDEP (Gestão de Concursos) - Órgão: MPE-MG - Prova: Promotor de Justiça Substituto

Em relação ao Habeas Data, é CORRETO o que se afirma em:

a) O Habeas Data pode ser utilizado para a obtenção de cópia de processo administrativo.

b) Pessoa física estrangeira não tem legitimidade para impetrar Habeas Data.

c) O Habeas Data não pode ser impetrado com a finalidade de obter dados referentes ao pagamento de tributos do próprio contribuinte constantes de sistemas informatizados de apoio à arrecadação dos órgãos tributários da administração fazendária dos entes estatais.

d) O Habeas Data, assim como o Mandado de Segurança, não prevê fase probatória e, portanto, não pode ser impetrado quando controversa a matéria.

e) Todas estão incorretas.

35) Ano: 2017 - Banca: FCC - Órgão: TRT - 24ª REGIÃO (MS) - Prova: Analista Judiciário - Área Judiciária

Sandoval, estudante de direito, está preparando um seminário sobre os Tribunais Superiores e a Constituição Federal brasileira. Assim, verificando a Carta Magna, no tocante ao Superior Tribunal de Justiça, constatou que é composto por:

a) no mínimo trinta e três Ministros, sendo dois terços dentre Desembargadores dos Tribunais de Justiça, indicados em lista tríplice elaborada pelo próprio Tribunal.

b) Ministros que serão nomeados pelo Presidente da República, dentre brasileiros com mais de trinta anos e menos de sessenta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.

c) Ministros que serão nomeados pelo Presidente da República, dentre brasileiros com mais de trinta anos e menos de sessenta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, depois de aprovada a escolha por dois terços do Congresso Nacional.

d) no mínimo trinta e três Ministros, sendo um terço dentre Desembargadores dos Tribunais de Justiça, indicados em lista tríplice elaborada pelo próprio Tribunal.

e) no mínimo onze Ministros, sendo um terço dentre Juízes dos Tribunais Regionais Federais e um terço dentre Desembargadores dos Tribunais de Justiça, indicados em lista tríplice elaborada pelo próprio Tribunal.

36) Ano: 2007 - Banca: EJEF - Órgão: TJ/MG - Prova: Analista Judiciário - Oficial de Justiça

Constituem fundamentos da República Federativa do Brasil:

a) o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça, mediante a construção de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, nas ordens interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias.

b) a soberania; a cidadania; a dignidade da pessoa humana; os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; o pluralismo político.

c) construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

d) independência nacional; prevalência dos direitos

humanos; igualdade entre os Estados; defesa da paz; solução pacífica dos conflitos; repúdio ao terrorismo e ao racismo; cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

e) Todas as anteriores estão incorretas.

37) Ano: 2015 - Banca: FGV - Órgão: TJ-RO - Prova: Oficial de Justiça

Ednaldo, após anos de estudo, logrou ser aprovado em concurso público para Oficial de Justiça. Nesse período, realizou profundas reflexões a respeito da garantia da inviolabilidade do domicílio, adquirindo, com isso, o conhecimento necessário ao exercício da função. A respeito dessa garantia, é correto afirmar que:

a) não alcança os escritórios, quer de empresas, quer de profissionais liberais.

b) não impede o cumprimento de uma ordem judicial, que pode ser cumprida a qualquer momento.

c) não impede o ingresso no domicílio alheio, mesmo no período noturno, no caso de flagrante de crime.

d) somente permite o ingresso no domicílio com o consentimento do morador.

e) somente pode ser afastada com a expedição, pela autoridade judicial, de mandado de busca e apreensão.

38) Ano: 2017 - Banca: IESES - Órgão: TJ-RO - Prova: Titular de Serviços de Notas e de Registros - Provimento

Sobre a Ordem Social na Constituição Federal, é INCORRETO afirmar:

a) A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado, sendo que os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher.

b) O dever da família, da sociedade e do Estado em assegurar à criança, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, não se estende ao adolescente e ao jovem.

c) A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

d) As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

e) Todas as anteriores estão corretas.

DIREITO TRIBUTÁRIO

39) Ano: 2013 Banca: Prefeitura do Rio de Janeiro - RJ
Órgão: SMA-RJ Prova: Assessor Jurídico

É causa de extinção do crédito tributário:

- a) a transação.
- b) a isenção.
- c) a anistia.
- d) o depósito administrativo.
- e) o depósito em juízo.

40) Ano: 2010 Banca: FGV Órgão: SEAD-A PProva: Fiscal da Receita Estadual

De acordo com o CTN, não se afigura como causa de extinção do crédito tributário:

- a) a decadência.
- b) a prescrição.
- c) a anistia.
- d) a remissão.
- e) a decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa, que não mais possa ser objeto de ação anulatória.

41) Ano: 2014 Banca: FCC Órgão: SEFAZ-PE Prova: Auditor Fiscal do Tesouro Estadual

Sobre a suspensão e extinção do crédito tributário, é correto afirmar:

- a) O depósito do montante integral realizado pelo contribuinte, para suspender exigibilidade do crédito tributário, não deve ser convertido em renda da Fazenda Pública, quando houver extinção do processo sem resolução de mérito, já que não haveria pronunciamento do Judiciário sobre a legitimidade do débito fiscal.
- b) O pedido administrativo de compensação tributária e o respectivo recurso contra seu indeferimento não suspendem a exigibilidade do crédito tributário, tendo em vista que se tratam de mero requerimento administrativo de natureza fiscal.
- c) A lei concessiva de moratória pode circunscrever expressamente a sua aplicabilidade à determinada região do território da pessoa jurídica de direito público que a expedir, ou a determinada classe ou categoria de sujeitos passivos.
- d) A fiança bancária se equipara ao depósito integral, para fins de suspensão da exigibilidade, posto que garante a satisfação do crédito tributário.

e) O pedido de parcelamento do débito tributário pelo sujeito passivo da obrigação suspende, mas não interrompe o prazo prescricional para a Fazenda Pública promover a sua cobrança, uma vez que se trata de hipótese de suspensão de exigibilidade do crédito tributário.

42) Ano: 2011 Banca: FCC Órgão: TJ-PE Prova: Juiz Em nosso sistema tributário, a diferença entre o contribuinte e o responsável tributário é que:

- a) aquele responde pelos impostos e estes pelas taxas regularmente instituídas.
- b) este último somente responde nos casos de impossibilidade do cumprimento da obrigação pelo contribuinte.
- c) este último é sempre uma pessoa física.
- d) somente o contribuinte pode impugnar a constituição do crédito tributário, mediante oferecimento de defesa fiscal.
- e) enquanto o contribuinte realiza o fato gerador, a responsabilidade deste último deriva exclusivamente da lei.

DIREITO ADMINISTRATIVO

43) Ano: 2017 Banca: CESPE Órgão: TRE-PE Prova: Analista Judiciário - Área Administrativa

O direito administrativo é:

- a) um ramo estanque do direito, formado e consolidado científicamente.
- b) um ramo do direito proximamente relacionado ao direito constitucional e possui interfaces com os direitos processual, penal, tributário, do trabalho, civil e empresarial.
- c) um sub-ramo do direito público, ao qual está subordinado.
- d) um conjunto esparsa de normas que, por possuir características próprias, deve ser considerado de maneira dissociada das demais regras e princípios.
- e) um sistema de regras e princípios restritos à regulação interna das relações jurídicas entre agentes públicos e órgãos do Estado.

44) Ano: 2017 Banca: CESPE Órgão: TRE-TO Prova: Analista Judiciário - Área Administrativa

Os atos administrativos são:

- a) os que ocorrem quando o fato corresponde à descrição contida na norma legal.
- b) aqueles que ocorrem quando o fato descrito na norma produz efeitos no campo do direito administrativo.

c) aqueles praticados no exercício da função administrativa.

d) os atos legais declarados pelo Estado ou por seus representantes, com efeitos jurídicos imediatos, com observância da lei, sob regime jurídico de direito público e sujeito ao controle pelo Poder Judiciário.

e) aqueles que decorrem de acontecimentos naturais independentes do homem.

45) Ano: 2017 Banca: FCC Órgão: TRT - 21ª Região (RN) Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa

Dentre as espécies de atos administrativos:

a) a homologação não possui natureza jurídica de ato administrativo de efeitos concretos, tendo em vista que não constitui direitos, prestando-se a dar publicidade a ato administrativo anteriormente praticado.

b) os atos administrativos vinculados não conferem direitos subjetivos, já que estes advêm diretamente da lei, independentemente da edição daqueles.

c) alguns atos administrativos praticados demandam análise de adequação com os requisitos legais para sua emissão, o que, em sendo constatado, é reconhecido por meio de homologação.

d) os atos administrativos discricionários são editados ou não conforme margem de liberdade dada ao Administrador público, tal como ocorre com as licenças.

e) a admissão de pessoal possui natureza jurídica de contrato administrativo, vez que forma vínculo definitivo entre empregador e Estado.

46) Ano: 2017 Banca: VUNESP Órgão: TJ-SP Prova: Juiz Substituto

Sobre a impenhorabilidade dos bens públicos, pode-se afirmar que:

a) tem natureza absoluta por decorrerem da inalienabilidade que os caracterizam.

b) é absoluta, com exceção da hipótese de concessão de garantia da União em operações de crédito externo, nos termos do artigo 52, VIII, da Constituição Federal de 1988.

c) é absoluta, com exceção da hipótese de sequestro de bens ao teor do artigo 100, parágrafo 6º, da Constituição Federal de 1988.

d) admite exceção para a hipótese de sequestro de bens, nos termos do artigo 100, parágrafo 6º, da Constituição Federal de 1988, e para a concessão de garantia, em condições especialíssimas, em operações de crédito externo, cabendo ao Senado Federal dispor sobre limite e concessões, nos termos do artigo 52, VIII, da Constituição Federal de 1988.

e) não admite exceção.

DIREITO EMPRESARIAL

47) Ano: 2017 Banca: FEPESÓ Órgão: JUCESC Prova: Técnico em Atividades Administrativas

Assinale a alternativa que indica corretamente o instituto sob o qual o empresário individual, empresa individual de responsabilidade Ltda - Eireli, as sociedades empresárias, as cooperativas exercem suas atividades e se obrigam nos atos a elas pertinentes.

- a) Filial.
- b) Aviamento.
- c) Nome empresarial.
- d) Grupo empresarial.
- e) Estabelecimento.

48) Ano: 2017 Banca: VUNESP Órgão: TJ-SP Prova: Juiz Substituto

Qual dos títulos de crédito a seguir é necessariamente causal?

- a) O cheque.
- b) A promissória.
- c) A letra de câmbio.
- d) A duplicata.
- e) Todas as anteriores.

49) Ano: 2017 Banca: FMP Concursos Órgão: PGE-AC Prova: Procurador do Estado

De acordo com a Lei 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, é CORRETO afirmar que ao administrador judicial compete na recuperação judicial:

- a) relacionar os processos e assumir a representação judicial da massa falida.
- b) receber e abrir a correspondência dirigida ao devedor, entregando a ele o que não for assunto de interesse da massa.
- c) avaliar os bens arrecadados.
- d) praticar os atos necessários à realização do ativo e ao pagamento dos credores.
- e) fiscalizar as atividades do devedor e o cumprimento do plano de recuperação judicial.

DOS JUIZADOS ESPECIAIS

50) Ano: 2017 Banca: CS-UFG Órgão: TJ-GO Prova: Juiz Leigo

A assistência por advogado, nas causas em trâmite perante os juizados especiais cíveis, é obrigatória:

- a) nas causas cujo valor ultrapasse a quantia de até 30 salários mínimos.
- b) para recorrer da sentença, salvo quando tal assistência não tenha sido prestada no primeiro grau.
- c) em todas as ações, podendo o causídico representar seu cliente sem procuração escrita nos autos.
- d) nas causas inferiores a 20 salários mínimos, quando o réu for pessoa jurídica ou firma individual.
- e) nas causas cujo valor supere 20 salários mínimos, a partir da fase instrutória, sendo dispensada para a formulação do pedido e a sessão de conciliação.

51) Ano: 2017 Banca: CS-UFG Órgão: TJ-GO Prova: Juiz Leigo

A legitimidade ativa nos juizados especiais cíveis é limitada pela Lei n. 9.099, podendo demandar como autores nesta esfera:

- a) as empresas de grande porte, desde que deferido o processamento de recuperação judicial.
- b) as microempresas e as empresas de pequeno porte.
- c) as pessoas jurídicas constituídas sem fins lucrativos, independentemente de sua finalidade.
- d) os menores ou incapazes, desde que devidamente representados ou assistidos.
- e) os insolventes civis, quando o montante de suas dívidas não ultrapassar 40 salários mínimos.

52) Ano: 2017 Banca: CS-UFG Órgão: TJ-GO Prova: Juiz Leigo

Os juízes leigos são considerados auxiliares da Justiça e:

- a) são recrutados, preferencialmente, entre advogados, com mais de três anos de atividade profissional.
- b) são impedidos de exercer a advocacia de maneira geral, enquanto permanecerem na função.
- c) podem conduzir audiência de conciliação, bem como instruir o processo, desde que mediante a supervisão de um juiz togado.
- d) são previstos na Constituição, que estabelece a sua implantação nos juizados especiais de todo Brasil até o ano de 2020.

e) podem decidir o conflito, quando as partes optarem por resolver o conflito pela solução arbitral.

HERMENÊUTICA

53) Ano: 2010 - Banca: COPEVE-UFAL - Órgão: Prefeitura de Rio Largo - AL - Prova: Procurador Municipal

Na interpretação das normas inseridas no texto da Constituição de 1988 por parte do Superior Tribunal de Justiça (STJ):

- a) prevalecem os métodos gramatical, funcional e crítico.
- b) prevalecem os métodos gramatical e teleológico.
- c) não há prevalência antecipada de nenhum método específico.
- d) os métodos clássicos de interpretação jurídicos ("cânones") não podem ser utilizados, cedendo aos modernos métodos da Hermenêutica Constitucional.
- e) prevalecem os métodos elencados na recente Lei Complementar sobre a Interpretação Constitucional.

LOMAN E ESTATUTO DA OAB

54) Ano: 2015 - Banca: CONSESP - Órgão: DAE-Bauru - Prova: Procurador Jurídico

De acordo com o Estatuto da OAB, a censura é aplicável nos casos de:

- a) violar, sem justa causa, sigilo profissional.
- b) solicitar ou receber de constituinte qualquer importância para aplicação ilícita ou desonesta.
- c) receber valores, da parte contrária ou de terceiro, relacionados com o objeto do mandato, sem expressa autorização do constituinte.
- d) locupletar-se, por qualquer forma, à custa do cliente ou da parte adversa, por si ou interposta pessoa.
- e) recusar-se, injustificadamente, a prestar contas ao cliente de quantias recebidas dele ou de terceiros por conta dele.

55) Ano: 2011 - Banca: FCC - Órgão: MPE-CE - Prova: Promotor de Justiça

A Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Lei Complementar nº 35/1979) estabelece que:

- a) são vitalícios, a partir da posse, os Juízes Federais e os Juízes do Trabalho.
- b) as penas de advertência e de censura somente são

aplicáveis aos Juízes de primeira instância.

c) o magistrado pode manifestar, por qualquer meio de comunicação, juízo depreciativo sobre despachos, votos ou sentenças de outros órgãos judiciais.

d) o magistrado vitalício pode desempenhar função de direção administrativa ou técnica de estabelecimento de ensino.

e) são vitalícios, somente após dois anos de exercício, os Desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados.

SOCIOLOGIA DO DIREITO

56) Ano: 2014 - Banca: CESPE - Órgão: MPE-AC - Prova: Promotor de Justiça

Assinale a opção correta no que concerne à evolução histórica da sociologia do direito:

a) A sociologia foi reconhecida como ciência em meados do século XX, com a publicação de obras de pensadores norte-americanos.

b) Desde a Antiguidade, o estudo das transformações sociais e jurídicas, objeto da sociologia do direito, é desenvolvido com rigor científico.

c) As drásticas mudanças nas relações sociais e jurídicas oriundas da Revolução Industrial repercutiram nos fundamentos da sociologia do direito.

d) O problema da marginalidade sempre teve importância secundária nas tematizações sociológicas.

e) Para demarcar o campo temático da sociologia em face de outras áreas do conhecimento, os sociólogos tiveram de definir de modo estrito seu objeto de estudo; nas primeiras reflexões sociológicas, por exemplo, evitava-se tratar do fenômeno da pobreza, tema afeto à esfera das ciências econômicas.

PSICOLOGIA JUDICIÁRIA

57) Ano: 2016 - Banca: LEGALLE Concursos - Órgão: Prefeitura de Portão - RS - Prova: Psicólogo

_____ é um ramo da psicologia que estuda como as pessoas pensam, influenciam e se relacionamumas com as outras. Surgiu no século XX como uma área de atuação da psicologia para estabelecer uma ponte entre a psicologia e as ciências sociais (sociologia, antropologia, geografia, história, ciência política). Sua formação acompanhou os movimentos ideológicos e conflitos do século, a ascensão do nazifascismo, as grandes guerras, a luta do capitalismo contra o socialismo, entre outros. Quanto ao objeto de estudo, a _____ procura explicar os sentimentos, pensamentos e comportamentos do indivíduo na presença real ou imaginada de outras pessoas.

A partir do fragmento acima, estamos falando da:

a) Psicologia Jurídica.

b) Psicologia Social.

c) Psicologia Clínica.

d) Psicologia do esporte.

e) Psicologia Hospitalar.

ÉTICA

58) Ano: 2014 - Banca: CONSULPAM - Órgão: Prefeitura de Apuiarés - CE - Prova: Agente Administrativo

O homem nasce com a capacidade de distinguir a conduta correta daquela considerada incorreta? Ou será que deixamos de fazer o mal apenas com receio de que os outros possam descobrir? O que é o bem? O que é o mal? O que é justo e injusto? Como devemos agir? Como equilibrar minhas necessidades com as necessidades dos outros? A ética é o estudo formal dos padrões morais e da conduta. Na leitura do texto, podemos identificar:

a) A distinção entre a conduta correta daquela considerada incorreta.

b) A maneira correta de agir.

c) O conceito de ética.

d) Noções de equilíbrio emocional.

e) Teoria da cognição.

FILOSOFIA DO DIREITO

59) Ano: 2013 Banca: FCC Órgão: DPE-SP Prova: Defensor Público

Ao analisar o tema da pluralidade dos ordenamentos, na obra Teoria da norma jurídica, Norberto Bobbio enfatiza que a teoria institucionalista:

a) reafirma que o Estado e as suas instituições detém exclusividade na produção do direito.

b) sustenta que o Estado é a única instituição que estabelece o direito.

c) rompe com a teoria estatalista, pois rejeita a redução do direito a uma forma estatal de expressão.

d) confunde-se com a teoria estatalista, pois enxerga no Estado a única instituição que cria o direito.

e) considera o Estado moderno como a instituição que detém o monopólio da produção jurídica.

TEORIA GERAL DO DIREITO E POLÍTICA

60) Ano: 2017 Banca: VUNESP Órgão: DPE-RO Prova:
Defensor Público Substituto

Atualmente entende-se que:

- a) Os elementos constitutivos do Estado são o governo, o território, a população e a finalidade.
- b) Não existe Estado sem território.
- c) Nação é uma ordem jurídica soberana, que tem por fim o bem comum de um povo situado em determinado território.
- d) Os conceitos de Estado e nação são coincidentes, já que ambos representam uma comunidade com vínculo jurídico entre seus componentes.
- e) Estado é uma comunidade exclusivamente de base histórico-cultural.

BOA PROVA!